

Mastruz e rapadura: Folkcomunicação e Gênero na amarga vida de Margarida Maria Alves

Giselle Gomes¹

Fernanda Lemos²

Lilian Conceição da Silva³

Submetido em: 11/10/2025

Aceito em: 20/11/2025

RESUMO

Este artigo discute o tema da relação entre a ecoagrofeminismo e a folkcomunicação na vivência da sindicalista rural Margarida Maria Alves. O objetivo é observar a presença de elementos da Folkcomunicação no âmbito dos estudos de Gênero no contexto das mulheres trabalhadoras sindicalistas rurais a partir da vivência cotidiana de Margarida Maria Alves. Em termos metodológicos, trata-se de um estudo na perspectiva da folkcomunicação e Gênero, abordando a estreita relação com a vivência cotidiana das mulheres rurais. Para tanto, foram utilizadas pesquisa documental e entrevista semi-estruturada, obtendo como resultados iniciais a ampliação das discussões em torno da folkcomunicação e do ecoagrofeminismo presentes na vivência da sindicalista Margarida Alves, em Alagoa Grande-PB.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero; Folkcomunicação; Ecoagrofeminismo; Margarida Alves.

¹ Teóloga, mestra em Extensão rural e desenvolvimento local pela UFRPE, Doutoranda em Ciências das Religiões pela UFPB. E-mail: giselle.zeli@gmail.com

² Professora Associada do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba. Mestre e doutora em Ciências Sociais da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP.

³ Teóloga, com mestrado e doutorado em Teologia, na área “Religião e Educação”, pela Faculdades EST/RS; pós-doutorado em Educação, Culturas e Identidades, pela UFRPE e Fundaj/PE; especialização em Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Diversidade, pela FURG/FURG; concluinte da Licenciatura em História, pela Uniasselvi. E-mail: liliancsilva13@gmail.com.

Mastruz and Rapadura: Folk Communication and Gender in the Bitter Life of Margarida Maria Alves

ABSTRACT

This article discusses the topic of the relationship between eco-agro-feminism and folk communication in the life of the rural unionist Margarida Maria Alves. The objective is to observe the presence of elements of folk communication within Gender studies in the context of rural women worker unionists, based on the daily life of Margarida Maria Alves. Methodologically, it is a study from the perspective of folk communication and Gender, addressing the close relationship with the daily life of rural women, in which documentary research and semi-structured interviews were used. As initial results, it was possible to expand discussions around folk communication and eco-agro-feminism present in the mystical life of the unionist Margarida Alves in Alagoa Grande-PB.

KEY-WORDS

Gender; Folkcommunication; Eco-agrofeminism; Margarida Alves.

Mastruz y rapadura: Comunicación popular y género en la amarga vida de Margarida Maria Alves

RESUMEN

Este artículo discute el tema de la relación entre el ecoagrofeminismo y la folkcomunicación en la vida de la sindicalista rural Margarida Maria Alves. El objetivo es observar la presencia de elementos de la folkcomunicación en el ámbito de los estudios de Género en el contexto de las mujeres trabajadoras sindicalistas rurales a partir de la experiencia cotidiana de Margarida Maria Alves. En términos metodológicos, se trata de un estudio desde la perspectiva de la folkcomunicación y de Género, abordando la estrecha relación con la vida cotidiana de las mujeres rurales, para lo cual se utilizaron investigación documental y entrevista semi estructurada. Como resultados iniciales, fue posible ampliar las discusiones en torno a la folkcomunicación y el ecoagrofeminismo presentes en la experiencia mística de la sindicalista Margarida Alves en Alagoa Grande-PB.

PALABRAS-CLAVE

Gênero; Folkcomunicação; Ecoagrofeminismo; Margarida Alves.

Introdução

Amarga morte, Margarida. Ameaças, perseguições de pistoleiros, queimadas criminosas nas terras dos agricultores familiares. Amarga vida, Margarida. Parece evidente que a vida das mulheres trabalhadoras rurais no município de Alagoa Grande, no brejo paraibano, não é doce como as rapaduras produzidas em suas cozinhas. Pelo contrário, é amarga, como o mastruz. Mas apesar de todas as agruras, as trabalhadoras rurais, desde o início das Ligas Camponesas, foram, e ainda são, resilientes na caminhada de luta pela garantia de direitos para si e para todos trabalhadores rurais.

Não é possível compreender as trabalhadoras sindicalistas rurais de Alagoa Grande, sem considerar a não tão doce vida e a amarga morte de Margarida Maria Alves, provocada pelos latifundiários, machistas e colonialistas das Usinas de açúcar do município, na década de 1980. A amargura do mastruz continua. A construção das políticas tem sido com muita luta e intervenção da sociedade civil com suas perdas e ganhos, avanços e retrocessos – a Constituição Federal de 1988 assegurou a equiparação de direitos de trabalhadoras e trabalhadores rurais com os trabalhadores urbanos –, necessita-se de novas sujeitas sociais, antes totalmente excluídas, assassinadas e silenciadas, como Margarida Alves, Elizabeth Teixeira⁴ – cujo centenário foi celebrado em 13 de fevereiro de 2025 – e tantas outras que sofreram para que se levasse adiante políticas públicas orientadas ao fortalecimento das sindicalistas trabalhadoras rurais.

É certo que a teoria da folkcomunicação valoriza as práticas de comunicação e resistência de grupos considerados marginalizados e as interfaces entre os meios populares e massivos. Neste trabalho dedicaremos atenção epistemológica para os modos de expressão da cultura protagonizados pelas mulheres trabalhadoras rurais do município de Alagoa

⁴ Elizabeth Teixeira, trabalhadora rural e ativista brasileira na Liga de Camponeses, símbolo da luta pela reforma agrária, com singular papel na resistência camponesa em Sapé, também na Paraíba, não buscou apenas melhorias nas condições de vida no campo, mas abordou a participação feminina nos movimentos sociais do interior paraibano.

Grande, no brejo da Paraíba, cerca de 70 km da capital João Pessoa, nas décadas de 1970 a 1980.

Observa-se que, dentro dos estudos de gênero, principalmente a partir da década de 1970, compreendemos de maneira evidente que a construção simbólica e cultural do patriarcado, trazem representações e apropriações presentes nas manifestações da vivência cotidiana das mulheres rurais e suas relações de opressão.

Esta construção dos estudos de gênero foi sendo gestada dentro de um processo histórico. Como podemos observar, em abril de 1977, a organização *Combahee River Collective* trouxe uma declaração de um grupo de mulheres negras feministas estadunidenses, interligando os principais sistemas de opressão: racial, de gênero e de classe. O nome dessa organização é uma homenagem a mulher negra ativista Harriet Tubman, que com sua vida sofreu terríveis perseguições, construiu e vivenciou essas encruzilhadas de opressões, as quais Kimberlé Crenshaw (1989), a jurista estadunidense, chamou de interseccionalidade.

Utilizando a metáfora das avenidas que se entrecruzam, expandiu o conceito de raça e gênero e foi construindo assim um entendimento daquilo que os estudos de gênero entendem como interseccionalidade, com todas as surpresas e todos os riscos próprios, aos quais a socióloga estadunidense Patrícia Hill Collins indica como a matriz de dominação que estamos inseridas na América Latina ou ainda, na amefricandade, como cunhou a ativista, filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (1988).

No entanto, dentro do recorte epistemológico desta pesquisa, não se mencionava os termos: interseccionalidade, equidade de gênero, e muito menos ecoagrofeminismo; mas eles estavam sendo vivenciados, assim como a folkcomunicação. A ideia aqui é abordar tais conceitos, identificando-os nas realidades das trabalhadoras rurais. O objetivo deste trabalho, portanto, é observar a presença de elementos da folkcomunicação no âmbito dos estudos de Gênero, no contexto das mulheres trabalhadoras sindicalistas rurais, a partir da vivência cotidiana de Margarida Maria Alves, uma mulher negra, do Nordeste do Brasil.

Focalizando neste contexto, devemos nos perguntar: de que modo podemos relacionar os estudos de gênero ecoagrofeminista a folkcomunicação? Como as mulheres trabalhadoras rurais, a partir da vivência de Margarida Alves, vivenciam o entrecruzamento de opressões (mastruz) e a vivência ecoagrofeminista (rapadura)?

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa documental, a partir de discussões e estudos sobre ecoagrofeminismo e folkcomunicação. Para mencionar apenas algumas referências teóricas, Ivone Gebara (2022), Lélia Gonzalez (1998), Patrícia Hill Collins (2020), Luiz Beltrão (2004), Severino Lucena (2019) e Cicilia Peruzzo (2022), assim como a entrevista semi-estruturada, com observação participante na convivência com 03 (três) mulheres rurais no município de Alagoa Grande, no mês de julho de 2025.

Não existe a pretensão de esgotar o assunto nem chegar a respostas definitivas. Pelo contrário, as sementes lançadas pretendem provocar o debate e, talvez, inspirar nova frente de estudos de gênero ecoagrofeminista e sua relação com a folkcomunicação. Este artigo é uma pesquisa em andamento, a partir da tese de Doutorado “A experiência (eco)feminista afro-latinoameríndia da Marcha das Margaridas, considerando a vivência mística e política da sindicalista rural Margarida Maria Alves”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Quem foi Margarida Maria Alves?

Margarida nasceu em 05 de agosto de 1933, no sítio Jacu, em Alagoa Grande, interior da Paraíba; filha dos camponeses Manoel Lourenço Alves e Alexandrina Inácia da Conceição; filha mais nova de uma família de oito irmãs e irmãos, dentre os quais: Joaquina Maria da Conceição, Inês Maria da Conceição, Regina Maria da Conceição e José Severino da Conceição, que desde pouca idade trabalhavam na lavoura ajudando seus pai e mãe.

Margarida era uma mulher negra, com ancestralidade indígena por parte de pai; era uma camponesa que foi obrigada a sair do campo aos 22 anos de idade e ir morar na periferia de Alagoa Grande. Ser arrancada de sua terra marcará toda a trajetória de vida e militância de Margarida. Ela e sua família eram vítimas da violência dos usineiros e latifundiários da zona canavieira da região do Brejo Paraibano, que tinham grande poder e influência política e econômica nas cidades de Santa Rita, Tibiri, Pilar, Mogeiro Ingá, Sapé e Alagoa Grande.

Apesar de, aos seis anos, iniciar seus estudos no Sítio Agreste, enfrentou muitos obstáculos e não conseguiu concluir o Ensino Fundamental I. Mas isso não a impediu de lutar e incentivar que as pessoas acesassem à Educação.

A trajetória política de Margarida no Sindicato se deu primeiramente como filiada, depois como funcionária e depois como dirigente. Foi eleita tesoureira de 1967 a 1969, e se tornou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, em 1973, aos 40 anos.

Por doze anos, Margarida Alves dirigiu o sindicato de Alagoa Grande, numa demonstração de seu prestígio, competência e liderança política. Ela foi reconduzida ao mandato de Presidenta sucessivas vezes. Na década de 1970 Margarida Alves casou-se com o trabalhador rural Severino Cassimiro Alves, com quem teve seu único filho, José de Arimatéia Alves.

A Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, sindicalista, trabalhadora rural Margarida Maria Alves teve sua vida ceifada em 12 de agosto de 1983, por pistoleiros a mando da classe dominante e dos patrões usineiros. Perseguida e assassinada por assumir a postura de militante, lutadora em defesa dos direitos trabalhistas das camponesas e dos camponeses. Uma amarga morte, Margarida. No entanto, ela deixa de lutar fisicamente, mas enraíza sua coragem, sua vivência ecoagrofeminista, suas marcas, seus valores e seus sonhos no coração e na luta de milhares de mulheres rurais espalhadas por todo o Brasil. Sob inspiração do seu legado, a partir do ano 2000, em Brasília, tem sido realizada a Marcha das Margaridas, maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais do campo, das florestas e das águas da América Latina, como espaço de resistência e memória de sua luta.

Folkcomunicação: entre mastruz e rapadura

Para continuar utilizando a metáfora do mastruz e da rapadura, vale compreender aqui que o mastruz é uma planta medicinal amplamente utilizada no contexto rural. É amarga, mas fortalece o sistema imunológico. Já a rapadura é feita do melaço da cana-de-açúcar, uma importante fonte de energia. É doce, mas não é mole. É dura e muito resistente. Sim, o caminho da folkcomunicação é entre o amargo do mastruz que fortalece, e o doce resistente da rapadura, que gera energia e força para a caminhada das mulheres marginalizadas do contexto rural.

Dito isto, é preciso compreender que os líderes agentes-comunicadores de Folk, conforme indica Souza (2021), aparentemente, nem sempre são autoridades ou são reconhecidas. No entanto, possuem uma espécie de carisma, o que acaba atraindo ouvintes e trabalhadoras e trabalhadores. No caso, a nossa agente-comunicadora era Margarida Maria Alves. Possibilitando-nos dizer que toda agente-comunicadora folk é uma “rapadura”, alguém que cativa, acolhe e anima as pessoas nas suas lutas e resistências.

Segundo assertivas de Maranini (2007), “esses líderes, em geral, alcançam a posição de conselheiros ou orientadores da audiência sem uma consciência integral do papel que desempenham”. A força de comunicação e a simpatia obtida com os seus discursos e maneira empática de tratar as pessoas, trazia elementos de folkcomunicação que reverberam nas práticas ecoagrofeministas, até a atualidade.

Em um depoimento no mês de julho de 2025, no município de Alagoa Grande, na cozinha de uma mulher sindicalista rural que viveu na época de Margarida, tomando um café, ela disse o seguinte:

Eu conheci Margarida Maria Alves em outubro de 1975, quando vim morar em Alagoa Grande. Morava em Bananeiras, na época, eu vim embora para Alagoa Grande e no mês de outubro fui ao sindicato para me associar, outubro de 1975. Aí Margarida era uma pessoa assim, uma mulher muito simpática, dinâmica, sentimental. Ela conversava, ria e chorava com as histórias da gente. Ela vivia aquilo que a gente estava passando (Mulher 01, trabalhadora rural).

Neste sentido, vale a pena mencionar a referência de Luiz Beltrão sobre a folkcomunicação como ferramenta capaz de aproximar pessoas que possuem interesses em comum, e isso acontecia na vivência do Sindicato Rural, no período de 1977 a 1983. O grupo estava vinculado à uma ordem semelhante de ideias e o propósito comum de adquirir sabedoria e experiência para realizar uma atividade folkcomunicacional no Sindicato Rural.

Em 1977, quando Margarida foi empossada Presidente do Sindicato Rural de Alagoa Grande-PB, não tinha nenhuma mulher associada. Elas foram chegando aos poucos a partir das atividades folkcomunicacionais utilizadas como uma estratégia de Margarida.

No contexto rural, algumas características não colaboravam para a garantia de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, fazendo com que os latifundiários exercessem mais poder sobre os trabalhadores e as trabalhadoras rurais. As características eram as seguintes: em primeiro lugar, o baixo nível de organização política provocado pela destruição das

organizações sociais; a segunda característica, era o baixo índice de escolaridade, visto que a maioria das pessoas não sabia nem escrever o nome; e finalmente, o machismo.

Na década de 1980, sendo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de analfabetismo na Paraíba entre as pessoas de 10 anos ou mais era de 49,59% (IBGE, 1991). Esse percentual aumenta quando tomamos as pessoas acima de 40 anos, o percentual dos homens era de 62,76% e das mulheres um pouco mais alta, 64,76% e enquanto na área urbana o índice de analfabetismo era de 36,81%, na área rural era praticamente o dobro, 63,95%.

Uma terceira e última característica, que não colaborava para a garantia de direitos, era a questão de gênero, com os preconceitos machistas conservadores que reforçavam a opressão das mulheres. Apesar das questões de gênero e toda essa temática ser abordada na época, Margarida fazia algumas provocações bastante pertinentes, tais como: se as mulheres trabalhavam tanto quanto os homens, elas devem ter os mesmos direitos. Mas Margarida observava que as mulheres não participavam das reuniões do Sindicato; e as que compareciam eram poucas, e ainda assim não falavam, ficavam caladas, só balançavam a cabeça.

Margarida começou a se preocupar e se perguntar o porquê dessas coisas acontecerem e começou a construir estratégias folkcomunicacionais para trazer as mulheres para o sindicato e resolver estes três obstáculos que impediam o trabalho do sindicato. Neste artigo, apresentaremos como foi resolvida a questão do baixo nível de organização e formação política das trabalhadoras rurais.

Entre mastruz e rapadura, o objetivo das encenações teatrais era o de conscientizar as trabalhadoras e os trabalhadores rurais sobre questões problemáticas enfrentadas no cotidiano, como também pelos familiares; a exemplo dos direitos trabalhistas, violência doméstica etc., utilizando uma linguagem que se aproximasse do dia a dia.

Uma grande preocupação se apresentava para Margarida Alves: como fazer com que as mulheres pudessem participar da reunião dos sindicatos, visto que essa participação precisaria da autorização do marido? Sim, no início da década de 1980, o debate de gênero não estava posto nas organizações sociais camponesas; e o machismo era, e ainda é, predominante. Quais os elementos da folkcomunicação que foram utilizados por Margarida Alves? Como se concretizou esse tripé na vivência das mulheres trabalhadoras rurais?

Conforme relatos das entrevistadas, Margarida sabiamente entendia que não adiantaria enfrentar os homens em uma guerra aberta, mas construía situações em que os maridos acabavam liberando as mulheres a frequentar as reuniões, deixando que eles acreditassem que a autorização partia deles.

Segundo a professora Cristina Schmidt (2021), a folkcomunicação é instrumento de mediação, processo demobilização e ativismos, sendo assim, foi criado um grupo de teatro para realizarem intervenções durante as reuniões sindicais, como forma de abordar questões do cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores, que além de divertir as pessoas, provocasse debates, tornando as reuniões mais animadas, atrativas e envolventes. As mulheres faziam a maioria dos personagens nas encenações, ou seja, a presença delas era essencial nas reuniões.

A utilização do teatro resolveu, em grande parte, a característica da falta de organização sindical e da formação política. Conforme relato de uma mulher entrevistada e participante atuante do teatro, ainda moradora de Alagoa Grande, em entrevista:

Margarida orientou ao grupo que fizessem peças sobre a realidade dos trabalhadores. Dessa forma, o grupo passa a encenar a relação que era estabelecida entre senhor de engenho e trabalhador do corte da cana, bem como o papel desempenhado pelas mulheres neste contexto. As jovens mulheres se caracterizavam como trabalhadores do corte de cana, usavam facão, enxada, levavam cana para encenarem os trabalhadores do corte da cana. As mulheres eram caracterizadas com pote d'água na cabeça, com muitas crianças em volta. E o patrão atrás do seu "birô", dando ordens com ar arrogante e de tratamento ignorante com os trabalhadores, rasgando os documentos quando estes iam buscar seus direitos. Os trabalhadores riam, davam gargalhadas, choravam, porque sabiam que tudo aquilo era verdade (Mulher 02, trabalhadora rural e cordelista).

As metodologias utilizadas com o teatro passaram a desempenhar um papel importante no debate sobre os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que se reconheceram naquelas situações de opressão; e as reuniões sindicais se tornaram tão massivas que os espaços internos do Sindicato já não comportavam mais as reuniões, passando a ser realizadas no meio da rua, em frente ao Sindicato. Assim, a participação das mulheres aumentou a cada dia. Elas falavam, criticavam e votavam, com argumentos.

Os elementos da folkcomunicação presentes neste contexto são: a ênfase na comunidade, a busca pela identidade do grupo e a valorização do endógeno. Nesta atividade

folkcomunicação, segundo Tenório (2007), é na comunidade que os laços de afinidade são construídos.

Para tanto, os códigos utilizados entre os sujeitos estão presentes no cotidiano, na realidade social que cada um leva consigo. As relações de horizontalidade, conforme Bauman (2003), a liberdade ocasionada pelo intrínseco, as diferenças singulares nos indivíduos, entre outros elementos, constituem, assim, uma amplitude maior, característica de cada grupo envolvido na busca por uma identidade.

O processo de valorização do endógeno é inerente às atividades folkcomunicacionais do grupo de teatro do sindicato rural de Alagoa Grande, buscando situações que gerem a identidade e entendimento dos direitos trabalhistas e a mudança de comportamento machista, utilizando as diversas práticas da comunicação popular sob a ótica da “teatralização”.

Conforme Desgranges (2001, p. 71), “o teatro assume esse papel quando propõe uma reflexão sobre os acontecimentos do seu dia-a-dia, e um novo olhar para estas situações, estimulando-os a fazerem e refazerem a história da comunidade.”

Nas encenações existiam o compartilhamento de experiências e conhecimentos entre os grupos envolvidos no processo, no caso do Sindicato, as trabalhadoras e os trabalhadores rurais empoderavam-se para as lutas trabalhistas, para a organização política e para as relações de trabalho existentes.

Boal (1982) acredita que o teatro deve libertar a espectadora e o espectador da passividade, tornando-os protagonistas sociais. Segundo Lucena (2019, p.151), “a linguagem teatral possibilita, seja no drama ou na comédia, uma comunicação entrelaçada nos vínculos pessoais, o que permite uma interação conjunta entre emissor e receptor, que neste caso são preenchidos por personagens e plateia, respectivamente”.

A construção da atividade folkcomunicação através da linguagem do teatro, lúdica e repleta de simbolismos, é uma maneira de comunicação das populações subalternizadas propostas por Beltrão (2004). As mulheres são marginalizadas e oprimidas pela desigualdade de acesso ao poder associada a diferentes marcadores sociais, para além do gênero. Por isso, não se pode apagar as identidades de resistência das mulheres trabalhadoras rurais.

Ecoagrofeminista: uma atividade folkcomunicação

Por isso, conto a história
De uma grande lutadora,
Daquela que deu a vida
Por ser fiel defensora
Nesse sistema malgrado
Do direito mais sagrado
Da classe trabalhadora.⁵

No Brasil, o debate agroecológico teve início na década de 1980, influenciado por discussões pautadas por movimentos de oposição ao processo de modernização da agricultura, que se intensificou na segunda metade do século XX.

Essa modernização tem sido responsável pelo aumento das contaminações causadas pelos agrotóxicos, descontrole das pragas, degradação dos solos e dos recursos hídricos, entre outros danos ambientais. No Brejo Paraibano, no município de Alagoa Grande, o debate ampliou-se para consequências sociais do modelo de desenvolvimento vigente, como a concentração de terra, ou seja, os latifúndios com a monocultura da cana de açúcar e a escravização de trabalhadoras e trabalhadores rurais que viviam em situação de extrema pobreza, exclusão do campo, de precarização das relações de trabalho e, por fim, com duas escolhas cruéis: o êxodo rural ou lutar juntamente com os sindicatos rurais pela garantia dos seus direitos e de sua terra.

Realizando essa segunda opção, em relação à agricultura camponesa, a agroecologia se expressa como um movimento de resistência ao modelo de desenvolvimento hegemônico e seus problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos. Isto por si deveria conferir aos processos agroecológicos um caráter emancipatório para todas as pessoas. Todavia, ao aprofundar essa análise com relação à condição da mulher trabalhadora rural, observamos que esse caráter emancipatório deixa a desejar.

Daí a importância deste trabalho e da apropriação do termo ecoagrofeminista. “Eco” é da ecologia, da totalidade das relações sociais, humanas e políticas. O “agro”, é dentro de uma perspectiva agroecológica que enfatizam as propostas de emancipação das mulheres trabalhadoras rurais, que na maioria das vezes, são desprovidas de poder dentro e fora de suas famílias. E “feminista”, refere-se ao que Pacheco destaca sobre a importância que a

⁵ Literatura de cordel. Margarida Maria Alves: Mártir dos Canavieiros. Autor: Medeiros Braga.

perspectiva de gênero tem nas discussões sobre as políticas que incluem sistemas de produção. A literatura ecoagrofeminista nos auxilia a percebermos que a intersecção entre questões de gênero e ambientais são centrais no fazer e no pensar feminista das mulheres trabalhadoras rurais, a partir da vivência de Margarida Maria Alves.

A autora enfatiza a sua ausência dessa perspectiva afirmando que:

[...] a invisibilidade do trabalho das mulheres agricultoras é antes que nada uma questão política. Os "silêncios" sobre as mulheres requerem outra matriz de análise que parta dos ecossistemas e sistemas de produção, da ampliação do conceito de trabalho produtivo, em articulação com a questão da diversidade social, como constitutiva de uma visão de agricultura sustentável que relacione gênero e agroecologia. O debate continua em aberto (Pacheco, 1997, p. 11).

A perspectiva agroecológica tem demonstrado potencial de abrir espaços para que as mulheres agricultoras enfrentem sua condição de vulnerabilidade e, neste sentido, conquistem mais poderes nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política. Daí a expressão “ecoagrofeminista” ser uma atividade folkcomunicação, pois conforme afirma Beltrão (2004): a folkcomunicação nada mais é que “o processo de intercâmbio de informações e manifestação de opiniões, ideias e atitudes da massa, por intermédio de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore” (Beltrão, 2004, p. 47). Importante indicar aqui que o termo “folclore”, utilizado por Beltrão, engloba todas as manifestações oriundas do povo, observadas no tipo de linguagem, teatro e artes.

Sendo assim, o tripé da agroecologia, feminismo e folkcomunicação tem um efeito sinérgico no enfrentamento de dilemas vivenciados pelas mulheres trabalhadoras rurais, ampliando os alcances tanto da agroecologia quanto do feminismo, desde Margarida Maria Alves até os dias atuais.

O ecoagrofeminismo explicita a existência de interconexões entre as diferentes formas de opressão que constituem a sociedade ordenada patriarcal e colonialista, e reivindica o modelo estrutural da lógica da matriz de dominação, conforme Patrícia Hill Collins (2020) afirma, que para se romper com a matriz de dominação é preciso de ativismo e da redistribuição do poder.

Essa matriz de dominação apresenta quatro pilares: estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal. Interessante é compreender que as lutas das mulheres rurais, lideradas por Margarida Alves, no período de 1977 a 1983, a partir do grupo de teatro, eram

baseadas na solidariedade e na criatividade, além de irem ao encontro das finalidades do amplo paradigma ecofeminista, elas construíram desde a época de Margarida uma nova cosmologia que reconhece que a vida na natureza, mantém-se por meio da cooperação, do cuidado e do amor mútuo, conforme MIES e SHIVA (1993).

Uma das entrevistadas, quando perguntada sobre o relacionamento das mulheres trabalhadores rurais no cotidiano:

“Aqui ninguém larga a mão de ninguém não. Quando precisamos de uma ambulância para um hospital, ou um enxoval para uma mulher que vai ganhar nenén, estamos sempre juntas. Dona Margarida nos ensinou isso. Não podemos lutar sozinhas, temos que caminhar sempre juntas. O problema de uma é problema de todas”. (Mulher 03, trabalhadora rural).

As mulheres trabalhadoras rurais, inspiradas em Margarida Alves constroem caminhos alternativos para as políticas de convivência com o contexto rural e com as relações trabalhistas, segundo Kuhnen (2017), buscando reconstruir simbioses sociais e efetivar a ideia de inclusão e integração.

Considerações, quase nunca finais

A pesquisa que resultou neste texto fez relações entre os estudos de gênero, no que diz respeito ao termo ecoagrofeminismo e a folkcomunicação. A vivência cotidiana de Margarida Alves demonstrou que na complexidade da sociedade globalizada, onde estão inseridos os contextos populares locais, é oportuna a espiritualidade e a capacidade cultural dos grupos de mulheres rurais, desde a década de 1970 até os dias atuais.

Agora, algumas vias se abriram. Em alguns momentos políticos e sociais, acentuamos o amargo do mastruz, em outros momentos percebemos a suavidade e a doçura das rapaduras, apesar de seguirmos em luto pela morte de tantas mulheres rurais, inclusive a própria Margarida Alves, e termos que lidar com a desigualdade social e de gênero bastante acentuada, temos, daqui para frente, a possibilidade de ver transformações e de recriar as vidas após um processo incrível de amargura e violação de direitos.

Constatamos ainda que, a partir dos objetivos propostos, o fortalecimento dos ecoagrofeminismos evidencia uma tarefa folkcomunicacional com a linguagem teatral em relação aos padrões ideológicos naturalizados, geradores de perseguições, preconceitos e

violências de todo tipo. Ainda assim, é importante reconhecer que recriar, como afirma Ivone Gebara (2022), não é algo simples, é conflituoso e ambivalente. Entre rapaduras e mastruzes.

Com base nos resultados da pesquisa, misturar o mastruz com a rapadura, requer reconhecer a dinâmica da vida em nós, no cotidiano das relações trabalhistas, que nos transforma e exige que novas histórias sejam contadas para manter aceso o desejo radical por mudanças sociais. Para tanto, como ensina Catherine Walsh (2020), é preciso ir aprendendo a desaprender e voltar a aprender.

Por fim, apesar de todas as agruras presentes na caminhada histórica das mulheres agricultoras, o testemunho de Margarida Alves resiste ao tempo, aos retrocessos nas políticas para mulheres, ao sistema machista e patriarcal, visando e exigindo respostas urgentes para as causas feministas, na força e na ancestralidade de uma vida, Margarida.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: teoria e metodologia**. São Bernardo do Campo: UESP, 2004.

BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

COLLINS, Patricia; SIRMA, Bilge. **Interseccionalidade**. 1.ed. Editora: Boitempo, São Paulo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum 1989 (1) 8: 139-167. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 22 nov. 2025.

DESGRANGES, Flávio. **A pedagogia do teatro: provocação e dialogismo**. São Paulo: Hucitec, 2001.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos tempos, 2022.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) Através das Práticas Educativas das Margaridas**. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/451/735/4893-1>. Acesso em: 22 nov. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Por un feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**. Vol. IX, junio, Chile, MUDAR/DAWN, p. 133-141,1988.

KUHNEN, Tania Aparecida. Marcha das Margaridas:apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**. Disponível em: https://www.marchadasmargaridas.org.br/upload/sitemargaridas/biblioteca/Artigos_02082023_135816.pdf. Acesso em: 22 nov. 2025.

KUHNEN, Tania. A. (Orgs.), **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais** (pp. 111-132). Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

LUCENA FILHO, S. A. de; CARVALHO ANDRADE, Ítalo R. de. A rua é nosso palco: Uma análise do projeto Teatro na Usina à luz das performances folkcomunicacionais e do desenvolvimento local em Bebelândia, Santa Rita (PB). **Revista Internacional de Folkcomunicação**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 148–164, 2019. DOI: 10.5212/RIF.v.17. i39.0009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/19190>. Acesso em: 6 out. 2025.

MARANINI, Nicolau José Carvalho. **A trajetória de um pioneiro**. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro,2007.

MATTOS, Luis Claudio; FERREIRA, Ana Paula. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Revista Ciência e Cultura**, vol.69, n.2, São Paulo,2017. Disponível em: [Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia](#). Acesso em: 22 nov. 2025.

ORTEGA-CAICEDO, Alicia; LANG, Miriam. **GRITOS, GRIETAS Y SIEMBRAS DE NUESTROS TERRITORIOS DEL SUR. Catherine Walsh y el pensamiento crítico-decolonial en América Latina**. Quito, Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar y Abya-Yala,2020. Disponível em: <https://repositorio.uasb.edu.ec/handle/10644/7795>. Acesso em: 22 nov. 2025.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 30-38, dez./fev. 1997. Disponível em: <https://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/436/livro-mdas-neas-1.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2025.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Culturas Populares na folkcomunicação e na Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa: da decodificação mediática à resistência política. **Revista Internacional de Folkcomunicação (RIF)**, Dossiê: Estratégias de Folkmarketing na sociedade contemporânea, v. 20, n. 44, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/RIF.v.20.i44.0010>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SCHMIDT, Cristina. Contribuições estratégicas da Folkcomunicação no contexto de rupturas democráticas. **Revista Internacional de Folkcomunicação (RIF)**, v.19, n.42, jan/jun,2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/19293>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SHIVA, Vandava. Mies, Maria **Ecofeminismo**. Lisboa: Piaget,1993.

SOUZA, Giselle Gomes da Silva Prazeres. LUCENA, Severino. E a gente ama esses bracinhos oferecidos: Folkcomunicação política na Campanha de vacinação contra a COVID-19 em Recife. **Revista Internacional de Folkcomunicação (RIF)**, Vol.19, n.42, janeiro/julho,2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6317/631767645007/html/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Unijuí, 2007.